



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SEMAP.

ASSUNTO: Prorrogação e reajuste – Contrato nº 38/2022 – Contratada: **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI** - Prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais – Minuta de Termo Aditivo - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 274 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular certame licitatório, operou-se a contratação da empresa **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**, com sede em Rio Branco, Estado do Acre, inscrita no CNPJ sob nº 12.209.450/0001-78, para prestação de serviços, sob demanda, de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos, com valor total estimado originalmente de **R\$ 5.230.000,00** (cinco milhões duzentos e trinta mil reais) - acrescido de 25% para R\$ 6.537.500,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) pelo 1º Termo Aditivo de 26/12/2022 ([0961321](#)) - pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar de 08/12/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 38/2022 ([0953696](#)), ajuste que se encontra em plena vigência.

**02.** Na Solicitação nº 70/2023 – PRES/DG/SAOFC/ASSENGE ([1079589](#)), o Assessor Chefe da Assessoria de Engenharia informa ao titular da SAOFC a necessidade prorrogação contratual, da aplicação do reajuste contratual previsto na subcláusula sétima, considerando atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que **não** contidas nas tabelas do SINAPI. Prossegue ainda, em sua solicitação, com a indicação da necessidade de retificação da Apostila nº 01 ([1058858](#)) para registro da variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC e das ordens de serviços que não foram reajustadas pela tabela do SINAPI (composição própria) após maio de 2023.

**03.** Por meio do Despacho 2647/23 ([1080625](#)), o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à SECONT para lavratura da minuta do termo aditivo, com posterior análise pela AJSAOFC.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**04.** Assim, juntou-se ao processo a minuta de termo aditivo ao Contrato originário para o registro da retificação da Apostila 01 ([1058858](#)) ao Contrato TRE-RO nº 38/2022, do reajuste e da prorrogação pretendida ([1085551](#)). Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([1085552](#)). É o necessário relato.

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**05.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0001464-31.2022.6.22.8000) até a presente data, além das outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

**06.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**07.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**08.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

## **III – ANÁLISE JURÍDICA**

### **3.1 Da Possibilidade Jurídica da Prorrogação Contratual:**

**09.** Preliminarmente, cumpre observar que a prorrogação em análise encontra previsão expressa no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e no Contrato nº 38/2022 ([0953696](#)), *in verbis*:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **Lei nº 8.666/1993:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

(...)

### **Contrato nº 038/2022:**

**CLÁUSULA QUARTA**– Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado até o limite de 60 meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

**Subcláusula única** – Nesta contratação, o prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas Ordens de Serviços, tendo como referência os prazos das composições do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos sempre que julgar pertinente, não podendo ultrapassar o prazo de execução do Contrato.

**10. Como visto, o primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados têm natureza contínua, já que não poderão sofrer interrupção sem prejuízo à atividade dos serviços de manutenções prediais corretivas e preventivas no âmbito deste regional. Vejamos a classificação conferida pela Corte de Contas Nacional:

*Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772).*

**11. O segundo requisito** vem consubstanciado na assertiva: **“iguais e sucessivos períodos”**. Conforme se verifica pelo pedido do gestor ([1079589](#)) pretende-se a prorrogação da avença por mais 12 meses - ou seja, período idêntico ao inicialmente estabelecido - para a qual há expressa concordância da contratada ([1077846](#)).

**12. Nesses termos, tem-se que o contrato poderá ser prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 09/12/2023 a 08/12/2024**, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação. Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será alcançado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

**13. O terceiro e último requisito** reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

*Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:*

*1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.*

*Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:*

*[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.*

**14.** Conforme registrado na Informação nº 134/2023 ([1087550](#)), a unidade gestora da contratação demonstrou a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida, apontando, dentre outras vantagens, que o contrato oferece estabilidade na prestação dos serviços, evitando interrupções que poderiam impactar negativamente a manutenção e funcionamento dos prédios da Justiça Eleitoral.

**15.** Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato, com fundamento no art. 57, II, da L. 8.666/93 e na Cláusula Quarta do Contrato nº 38/2022.

### **3.2 Do reajustamento de preços:**

**16.** O reajuste periódico de preços tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente na Contrato nº 38/2022 ([0953696](#)). Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(....)

**Subcláusula Sétima** – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;

Em conformidade com os **Acórdãos nº 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU**, os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período mínimo de 01 (um) ano, observando que:

a) Contado de **MAIO/2022, data da divulgação da tabela do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia considerada para o orçamento dos preços estimados, desde que tenham sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia;**

b) Contado da data da abertura do certame, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, para a atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não as tabelas do SINAPI.

3. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;

4. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;

5. Nos casos em que os reajustes forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

**17. Segundo Marçal Justen Filho**, o “Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

**18. Sobre o tema, o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704 e 719, assim orienta:**

*Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário***

*E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio. Já a recomposição***



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)*

**19.** Desta forma, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

### ***DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO***

*13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.*

...

*13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."*

....

*O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:*

...

*8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:*

...

*b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93.*

**20.** Vale apresentar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

*39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

*41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).*

*42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.*

*43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.*

(...)

**21.** No caso em análise, a ASSENGE solicitou a **retificação da Apostila nº 01 ao Contrato 38/2022** para a devida aplicação do reajuste referente às medições das ordens de serviços após maio de 2023 de nºs 05/2023; 06/2023; 09/2023; 01/2023 - SEMAP; 10/2023; 02/2023-SEMAP; 11/2023; 05/2023-SEMAP e 08/2023-SEMAP, que não foram reajustados pela tabela do SINAPI - composição própria - ([1079589](#)). No mesmo pleito, a ASSENGE também informou que a base de cálculo utilizada para a composição do valores de insumos não contidas no SINAPI da presente contratação sofreu variação de **4,29 %**, conforme pesquisa INCC, da FGV ([1073706](#)), em comparação com a apresentada na proposta.

**22.** Dessa forma, cumpridos os requisitos necessários, com fundamento no **art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93** e na **Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima** do Contrato nº 38/2022, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade de concessão do reajuste informado pela ASSENGE, na forma da tabela 1 constante da solicitação de nº 70/2023 ([1079589](#)), no valor total de **R\$ 742.357,29**, correspondente à variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, para a atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não as tabelas do SINAPI ([1079589](#)).

### **3.3 Da análise da minuta do termo aditivo:**

**23.** A análise da minuta do Termo Aditivo nº 1 ao Contrato nº 38/2022 juntada aos autos no evento ([1088655](#)), revela que o instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, destaca-se:

**I** - o registro do reajuste do valor total dos reajustes **R\$ 742.357,29** (setecentos e quarenta e dois mil trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos), para correção do reajuste indicado na Apostila 01 - **tornada sem efeito pelo termo aditivo, correspondente a R\$ 712.093,59** para os itens do SINAPI e R\$ 30.263,71 do INCC;

**II** - a prorrogação por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato, contados a partir de 09/12/2023 até 08/12/2024;

**III** - inclusão de disposição contratual versando sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, nos termos da determinação constante no evento ([1064625](#)).

**IV** - a obrigação de a contratada apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura da apostila, a complementação da garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do presente termo aditivo, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993 e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário;

**V** - o registro do valor total atualizado do contrato para eventual cômputo de acréscimos e supressões do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993, que passará a ser de **R\$ 7.279.857,29** (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos);

**VI** - a obrigação de a Contratada apresentar **fatura complementar separadamente**, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste. Nessa linha, deverá a empresa contrata ser **notificada** para apresentar as faturas complementares **e atualizar a garantia**, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à imposição renunciada na cláusula contratual supracitada.

**24.** Verifica-se que referida minuta do Termo Aditivo nº 02 juntada ao processo ([1088655](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **IV – CONCLUSÃO**

**25.** Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações da unidade gestora, esta assessoria jurídica, opina:

**I** - Que não há óbices à prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, a contar de 09/12/2023 a 08/12/2024, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato nº 38/2022;

**II** - Pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados nos referidos percentuais de variação do SINAPI e INCC nas datas-base indicadas, com fundamento no Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato nº 38/2022.

**26.** Ressalta-se a necessidade de manutenção das condições de habilitação pelo contratado, devendo estas serem trazidas ao processo pelo gestor do contrato previamente à celebração do termo aditivo.

**27.** Importa ainda destacar a necessária **notificação** da contratada para apresentação das faturas complementares com os valores reajustados, a complementação da garantia contratual e a ciência quanto à inclusão da nova obrigação imposta pelo item XLVII na Cláusula Décima do Contrato TRE-RO nº 38/2022.

**28.** Para cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo ([1088655](#)).

**29.** Registra-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei nº 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei nº 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

**Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.**

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 24/11/2023, às 11:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 24/11/2023, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1089259** e o código CRC **269D4BAF**.